

Vivemos em uma complexa sociedade antropocêntrica que gera riscos à população devido ao seu célere desenvolvimento tecnológico. As Teorias Sistêmicas revelam a importância da transdisciplinariedade e da criação de um novo paradigma que não separe o homem do meio ambiente, ou seja, denotam a necessidade de uma mudança de percepção da relação homem-natureza. Nesse sentido, a segurança alimentar não pode mais ser vista unicamente sob o prisma nutricional. Imprescindível é analisá-la em diversos aspectos como o jurídico, o econômico, o social e o ambiental. Isso porque não são apenas as questões concernentes à eventual nocividade biológica do consumo de organismos geneticamente modificados (OGMs) ao ser humano que estão sendo suscitadas, mas também, por exemplo, o contágio acidental de plantações tradicionais e o necessário pagamento de royalties. Assim sendo, a presente pesquisa utiliza-se do método dialético, visando estabelecer um embate ético-científico entre os pontos controversos na tentativa de indicar alguns caminhos viáveis acerca da utilização de OGMs, antes que resultem em danos ambientais irreversíveis ou coloquem em risco a qualidade de vida humana. Para tanto, serão utilizados princípios do Direito Ambiental, como o Princípio da Precaução, que enseja medidas protetivas nos casos em que não haja comprovação científica dos possíveis danos, o da Prevenção, utilizado sempre que se deseja evitar consequências já experimentadas, e, por fim, o Princípio da Informação, que garante à população a ciência acerca do tema. Dessa forma, o presente trabalho objetiva refletir sobre a relação entre desenvolvimento tecnológico, segurança alimentar e princípios ambientais na hodierna complexa sociedade de risco com o fito de minimizar ou até mesmo evitar a produção de danos ambientais no seu sentido mais amplo.